

EDUCAÇÃO FEMININA EM DEBATE: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1910 E 2010 EM CURITIBA

FEMALE EDUCATION IN DEBATE: EDUCATIONAL EVOLUTION BETWEEN THE 1910 AND 2010 DECADES IN CURITIBA

Bianca Naomi Saito Faionatto, Marcela Aparecida Chicalski, Mayara Camilli Camargo da Silva e Mikaely Ponez, Kauana de Paula Domingues Grande.

FAIONATO, Bianca Naomi Saito, et al. Educação Feminina em debate: evolução educacional entre as décadas de 1910 e 2010 em Curitiba. Revista Tecnológica da FATEC-PR, v.1, n.11, p. 29-39, jan/dez, 2020.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução da educação feminina, tendo como recorte espacial a capital do estado do Paraná e recorte temporal as décadas de 1910 e 2010. Ao tratar o tema, busca-se evidenciar as dicotomias presentes em cada modelo educacional, bem como a análise crítica do papel feminino exercido em ambos os recortes temporais de acordo com o modelo de educação formal empreendido no período correspondente, concebendo e reconhecendo a escola como uma importante e atuante Instituição Social, visto que a evolução da figura feminina enquanto indivíduo social encontrou na educação um alicerce e parceiro necessário, os primeiros modelos educacionais encontrados na capital do estado do Paraná imprimiram na parcela feminina e abastada a fonte para os pretendidos manuais de civilidade, em contramão, a construção permitida durante o século XX, abriu a possibilidade de políticas públicas democráticas e críticas na construção de um currículo escolar com pretensões inclusivas e contra discriminação de gênero, arquitetando então a possibilidade de uma educação emancipatória para a grande parcela de meninas e mulheres curitibanas. Pretende-se também a inserção ativa de temas de cunhos historiográficos no recorte científico da Educação. Os aspectos aqui tratados têm como fio condutor a relação entre os papéis sociais e a educação, especialmente na análise hermenêutica de fontes primárias compostas como manuais de ensino da primeira década estudada e currículos e políticas públicas na segunda. Sobretudo, procura-se estabelecer uma análise social dos caminhos seguidos a uma educação a serviço do autogoverno.

Palavras-chave: educação feminina, gênero, historiografia, currículo, Curitiba.

ABSTRACT

The present work entitled “FEMALE EDUCATION IN DEBATE: EDUCATIONAL EVOLUTION BETWEEN THE 1910 AND 2010 DECADES IN CURITIBA” aims to analyze the evolution of female education, with the capital of the state of Paraná as a spatial profile and the temporal period of the decades of 1910 and 2010. When dealing with the theme, the aim is to highlight the dichotomies present in each educational model, as well as the critical analysis of the female role played in both time frames according to the formal education model undertaken in the corresponding period, conceiving and recognizing the school as an important and active Social Institution, since the evolution of the female figure as a social individual found in education a necessary foundation and partner, the first educational models found in the capital of the state of Paraná printed the source for the female and wealthy portion the intended civility manuals, in

contrast, the construction allowed during the 20th century, opened the possibility quality of democratic and critical public policies in the construction of a school curriculum with inclusive pretensions and against gender discrimination, then architecting the possibility of an emancipatory education for the great part of girls and women from Curitiba. It is also intended to actively include themes of historiographic nature in the scientific scope of Education. The aspects discussed here are guided by the relationship between social roles and education, especially in the hermeneutic analysis of primary sources composed of teaching manuals from the first studied decade and curricula and public policies in the second. Above all, it seeks to establish a social analysis of the paths followed to an education at the service of self-government.

Keywords: *female education, gender, historiography, curriculum, Curitiba.*

1 INTRODUÇÃO

A educação feminina é uma temática pouco explorada e debatida sob o ponto de vista de seu processo e de sua construção histórica. No início do século XX no Brasil a educação feminina e a posição da mulher na sociedade perpetuavam por caminhos de ascensão ao ocorrer sua inserção na educação, mesmo que o currículo e processo de escolarização fossem segregados por questões de gênero. Entretanto, a inserção feminina na educação, contribuiu para o seu processo de emancipação e para iniciar a transformação sobre seu papel perante a sociedade.

Em Curitiba na década de 1910, a escola do alto da colina detinha o escopo de acolher educandas da alta elite, seus ensinamentos partiam da premissa de instruir as meninas a partir da civilidade cristã, da moral e bons costumes da época. O processo educativo estava relacionado a transformar as meninas em mulheres com qualificações necessárias ao período que vivenciavam, resumidamente, ofertavam uma instrução para que as educandas se tornassem uma boa esposa, com ensinamentos pertinentes aos cuidados do lar e da moral familiar.

Esta pesquisa teve o caráter de aprofundar e ampliar os conhecimentos quanto à educação feminina e a colocação da mulher na sociedade, por meio de autores que produziram informações sobre a temática como a autora PILLA (1999), a qual aprofundou sua pesquisa no ensino adotado pelo colégio Cajuru para formar as meninas da elite Curitibana. Fazendo exames em algumas fontes primárias como O Livre de Piété de La Jeune Fille, que faziam referência à trechos pontuando como deveria ser a postura das alunas.

A mudança cultural ocorre por meio da educação e a conquista dos direitos que as mulheres buscam, promove ao sexo feminino o poder de constituir-se parte dessa evolução. A partir do momento em que a mulher começou a fazer parte do processo de escolarização, a pesquisar para aprender e a partilhar de seus conhecimentos, assim, conseqüentemente desenvolve a reflexão crítica que proporciona investigar seus interesses e seus direitos de se representar perante à sociedade.

1.1 OBJETIVOS

Realizar uma pesquisa descritiva com o intuito de traçar a evolução entre os modelos e objetivos educacionais das décadas de 1910 e 2010 em Curitiba - Paraná. Para tanto, será necessário seguir as ações específicas listadas para apresentar este trabalho: a) Apresentar um breve histórico da educação formal em Curitiba; b) Relacionar a jornada da educação feminina em busca de emancipação com a educação; c) Analisar os modelos educacionais das décadas de 1910 e 2010 em Curitiba.

2 JUSTIFICATIVA

Segundo FREIRE (1996) em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, ensinar e aprender exige pesquisa, através da investigação é possível construir conhecimentos. Por meio da pesquisa e da indagação transforma-se o senso comum em um conhecimento científico, permitindo educandos e educadores a mover-se na sociedade. Conforme FREIRE (1996, p. 12), “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” Quando o aprendizado se torna uma prática, ocorre a internalização do novo conhecimento e proporciona mudanças pessoais sobre os pensamentos que foram adquiridos por meio da sociedade em que está inserido, e que ainda carrega traços da antiga sociedade sexista e patriarcal, a qual tratava a mulher como sendo inferior ao homem. Conforme cita Rago (2014, p. 89) “Afinal a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica”. Portanto o patriarcalismo da época as colocava em um papel na sociedade de submissão mantendo domínio sobre o sexo feminino.

Ao abordar e delimitar o objeto de estudo deste presente projeto sobre a educação feminina, intenciona-se contribuir para uma nova visão sobre a educação feminina e sua emancipação, demonstrando a evolução ocorrida nos períodos escolhidos para a temática referente à educação e gênero.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho constitui-se pela pesquisa qualitativa e de acordo com os objetivos, caracteriza-se por meio de pesquisa descritiva fundamentada em revisões bibliográficas com análise de fontes primárias e análise documental. O instrumento de pesquisa proporcionou um embasamento teórico com mais aprofundamento a respeito do tema, possibilitando o desenvolvimento de compreender e analisar todo o contexto do objeto de estudo e da época escolhida para a elaboração do trabalho, além de permitir descrever, interpretar e comparar os modelos de educação feminina nas décadas escolhidas.

Portanto, nesta pesquisa que apresentamos entendemos que a revisão bibliográfica é de suma importância para situar o leitor no estado da arte sobre o tema, e por isso adotamos como fonte de informações.

Em síntese destacamos, portanto, que o trabalho tem como natureza de pesquisa a já mencionada e descrita pesquisa qualitativa. Nossas fontes de pesquisa e procedimentos de coletas de dados são bibliográficas e documentais, pois nos permite um maior aprofundamento acerca da temática apresentada, de modo dialético onde existe uma troca entre fontes primárias, autoras e bibliografia escolhida para o processo.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL EM CURITIBA

No início do século passado, a ainda provinciana Curitiba se mostrava voltada à educação cristã, segundo PILLA (1999), em 1905, as irmãs de São José, congregação pertencentes ao braço feminino dos Jesuítas da França, acharam que era o oportuno momento para montar uma escola para meninas. A cidade de Curitiba possuía cerca de 50 mil habitantes e estava em um evidente crescimento, recepcionando o Colégio Cajuru no alto da Colina. Com a modernização marcada nessa época, transformando tudo o que existia, desde a infraestrutura da cidade até mesmo os bons modos. A partir dessa época estabeleceu-se uma preocupação com uma “boa educação”, que incumbia aderir-se às classes sociais mais importantes. Considerado como componente diferenciativo e até mesmo elemento de poder. Foi nesse contexto que por décadas, as filhas da Elite formaram-se de maneira a serem as mais elegantes.

O Colégio Cajuru abriu suas portas em 1907, seu intuito era de fornecer educação apenas às meninas. Não aceitavam alunas expulsas de outros colégios ou com doenças contagiosas. As candidatas às vagas precisavam apresentar a certidão de nascimento comprovando idade e atestado de vacinação recente, juntamente com a caderneta de saúde. Com o objetivo de uma educação para viver em sociedade sob os valores católicos, somando com os dos desejos de uma classe social que cobijava por uma escola que educasse dignamente suas filhas. O internato era dirigido por Eugénie Jarre, que em 1900, assumiu o nome religioso de Mére Julia, como passou a ser conhecida por todos, nascida em Les Chapelles, na Savóia, França, em dezembro de 1882, a irmã permaneceu na direção do colégio por 52 anos, desde o seu início até a década de 1960.

Pilla (1999) expõe que um dos instrumentos pedagógicos utilizados pelas irmãs era o Livre de Piété de La Jeune Fille. Sua escrita era em francês fornecia ensinamentos de bom comportamento, com caráter virtuoso. Um livro elaborado com vivências cristãs a serem edificadas durante os anos no internato. O Livre de Piété de La Jeune Fille foi ofertado para as

alunas na década de 1910 e utilizado até a década de 1920. Posteriormente seus preceitos já estavam tão introjetados que não se fazia necessário a constante leitura e consultam ao livro, as internas guiavam-se pelo exemplo do comportamento dos mestres e das irmãs, e principalmente pela cobrança de atitudes das alunas e até mesmo de familiares. O Colégio Cajuru era provedor de um ambiente refinado e não existia na região outro que estivesse à altura e pudesse garantir tão boas relações sociais. Visitas eram permitidas somente com prévia autorização dos pais. Devendo obedecer a dia e horário predeterminados: “domingo das 9 horas às 10 horas, e das 13 horas às 15 horas; e às quintas-feiras das 13 horas às 15 horas (p.110)”. As internas poderiam sair no primeiro domingo de cada mês, às 15 horas, se possuísem autorização dos pais. Elas seriam levadas pelas Irmãs até a estação, para o encontro com a família e deveriam voltar ao Colégio na segunda-feira, às 9 horas. As internas tinham livre saída nos dias natalícios, bem como era permitido às alunas, todos os domingos, escrever à família.

Quando as internas saíam em férias e ficavam longe das doutrinas do colégio, as irmãs tomavam o cuidado de indicar os livros de oração para não haver um desvio dos ensinamentos de Deus. Também eram aconselhadas a cumprir as ordens que aprenderam durante o internato em casa com a família, e assim demonstrarem o quão bem estavam sendo educadas. Também era aconselhado o uso do Livre de Piété de La Jeune Fille, nele continha os ensinamentos de o que se deve ser, o que se deve temer e do que se deve fugir: (PILLA 1999, p.120 apud FRERES p. 729-730).

Quando a saída do Colégio fosse para não mais voltar era aconselhado que seguissem os ensinamentos do Livre de Piété de La Jeune Fille, colocando em prática tudo aquilo que se adquiriu com as irmãs durante os estudos no colégio, seguindo sempre firme com “bom caráter, nobre e elegante simplicidade e uma modéstia amável. Levar a vida da melhor forma, sempre ocupada, e fazer cada coisa a seu tempo, com ordem e método. (PILLA, p.121)”.

Os preceitos da educação feminina curitibana nada mais eram do que o reflexo de uma sociedade que não estava a vanguarda.

4.2 AS MUDANÇAS AO LONGO DO SÉCULO XX E OS MODELOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS A NÓS.

Em muitas sociedades, o início do século XX é marcado por constantes mudanças e transformações sociais, acerca de valores, práticas e papéis, entretanto em alguns aspectos há a estabilidade em estagnar essas mudanças, principalmente acerca do papel social feminino.

Segundo Almeida (2013), as mulheres da época eram possuidoras de atributos como a pureza, bondade e submissão, portanto eram estas as características que as definiam como uma boa mulher, as quais deveriam zelar pela preservação da família e da moral cristã. Consideradas transmissoras de culturas dentro do seu lar, era lhes atribuído o papel de formadoras da

sociedade, tendo em vista de que ela era a única responsável pela criação dos filhos, o que poderia enaltecê-la pelos acertos, entretanto culpá-la pelos erros da educação dos filhos.

O papel da mulher perante a sociedade começou a mudar significativamente quando no ano de 1934, conseguiram o direito ao voto no Brasil, concedendo uma abertura fundamental para a entrada da mulher no meio político alcançando conquistas por direitos iguais entre os gêneros. Em 1960, tendo acesso a medicamentos contraceptivos, as mulheres começam a ter controle para que houvesse um planejamento no tamanho da família, assim possibilitou a integração relativamente maior da mulher, tanto em instituições acadêmicas quanto no mercado de trabalho, diminuindo o rótulo pregado à mulher de ser boa mãe e esposa em tempo integral.

O final da década de 1980 devolveu a democracia ao Brasil, em consonância os anos 1990 trouxeram nossa atual constituição, apelidada de “cidadã” decorrente da contemplação dos direitos sociais. Em seus artigos e incisos podemos verificar algumas mudanças na concepção de educação, cujas perspectivas criaram alicerces para a pluralidade de público e currículo.

Conforme o trecho do artigo a seguir retirado da Constituição Federal de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2015, s/p).

Em consonância a Constituição Federal de 1988, permitiu que houvesse progresso acerca da equidade de gênero no Brasil, no que se refere a garantir os direitos sociais a todos, um marco das lutas feministas que almejam sua emancipação e como sujeito detentor de direitos. A educação como um direito social, permite o pleno desenvolvimento dos indivíduos, atribui-lhes sua inserção no Estado Democrático e os qualifica para o contexto profissional, ao propiciar uma educação para todos, a mesma age como agente transformador da sociedade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa.

Em 2015, a cidade de Curitiba aprovou o Plano Municipal de Educação (PME) que terá vigência de 10 anos, entre o período de 2015 a 2025, priorizando uma educação sem desigualdades educacionais e a superação de todas as formas de discriminação, bem como estimulou o respeito aos direitos humanos do homem e da mulher. Conforme o site Leis Municipais de Curitiba, disposto no Art. 3º:

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, de valores da família e na superação de todas as formas de discriminação;

IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à sustentabilidade socioambiental, com direito à identidade biológica (do homem e da mulher); (Curitiba, 2015, s/p.)

A implantação de leis como estas mencionadas, asseguram melhores condições de vida para a sociedade, bem como para as mulheres, que por meio de diversas lutas buscam por sua emancipação e por um lugar com mais dignidade perante a sociedade.

Por meio de novas fontes primárias podemos verificar e comparar as significativas mudanças na sociedade da capital paranaense do século XXI, sendo possível observar no mapa das Escolas Municipais Curitiba – 2019, que existem instituições de ensino municipais espalhadas por todas as regionais da cidade, possui 185 escolas municipais que ofertam educação para todos os cidadãos, sem distinção de gênero.

A escolarização e profissionalização da mulher evidencia que o sexo feminino, dispõe da mesma capacidade que o homem para atuar na sociedade. Por conseguinte, fica a critério dos órgãos governamentais auxiliar nessa luta pelo reconhecimento da igualdade de gênero. O escritório das Nações Unidas no Brasil prevê algumas conquistas até 2030, tendo a pretensão de inserir políticas públicas com objetivos de desenvolvimento sustentável que procura alcançar a igualdade de gênero e empoderamento do sexo feminino. A fim de acabar com todas as formas de discriminação, exploração sexual, tráfico e violência contra as mulheres nos órgãos públicos e privados. Bem como promover a responsabilidade compartilhada na família, valorizar e reconhecer o trabalho de assistência e o serviço doméstico não remunerado. Assegurar a participação e igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, e pública. Também tem por objetivo o acesso à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, assegurar direitos iguais aos recursos econômicos. Proporcionar ao sexo feminino o aumento do uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação e a promover políticas sólidas e legislação para a promoção da igualdade de gênero que auxiliem no empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis possíveis. Esses objetivos conquistados auxiliaram a mulher a garantir seus direitos como cidadãs ativas da sociedade, e asseguram mais segurança e proteção, pois nos dias atuais ainda sofrem com a discriminação do sexo oposto.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao traçar um paralelo entre as décadas de 1910 e 2010 coloca-se em questão o papel exercido pela mulher da época, podemos observar que as mulheres não tinham voz, sua educação, no entanto era baseada em ensinamentos do lar, em que o restante de sua vida seria dedicado ao matrimônio e à maternidade, não obtinham poder sobre si mesma e ocupavam um lugar de opressão e submissão em relação à uma sociedade sexista e patriarcal, onde a mulher devia obediência ao pai, ao marido e eram consideradas incapazes de conduzir suas próprias vidas ou qualquer posicionalmente perante o grupo social em que estava inserida.

A gradual emancipação ocorreu por meio de muitas lutas e diversas conquistas femininas, que contribuíram com o passar do tempo para que as mulheres pudessem ocupar

significativamente seu lugar na sociedade. No final da década 1980, ocorreram transformações na educação, abrindo espaço para a diversidade de público e ampliando o currículo. No ano de 1988, na reformulação da Constituição e do estado democrático de direito percebeu-se a preocupação com a concepção do desenvolvimento pleno da pessoa, a fim de formar cidadãos críticos, emancipados e conscientes de seus direitos, proporcionando o desenvolvimento intelectual e moral dos cidadãos, permitindo-lhes exercer sua cidadania.

A educação é o principal instrumento de mudança de uma sociedade, os muros da escola tiveram, têm e sempre terão o papel social de promover um ser humano livre e cidadão. Os livros didáticos não são apenas letras em papéis grossos, mas sim um início de caminhada civil; os docentes não são meros antiquários cheios de informações não práticas, as paredes que guardam tanta história, evolução e conhecimento dão o suporte e fundação necessários para a construção de uma sociedade de vanguarda. Educação e emancipação: é esse o desejo das autoras.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Soc. estado., Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, dez 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 16 out 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. **As gentis patricias**: identidades e imagens femininas na primeira metade do século XX (1920/1940). Educar em Revista, n. 48, p. 187-205, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 mai 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 29 set 2020.

CAMARA, Luciana Borella. A educação na Constituição Federal de 1988 como um direito social. **Revista Direito em Debate**, v. 22, n. 40, p. 4-26, 2013. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/endereco-das-unidades-escolares/662#:~:text=A%20Rede%20Municipal%20de%20Ensino,dos%2075%20bairros%20de%20Curitiba.>> Acesso em: 20 set 2020.

ESCOLAS Municipais Curitiba – 2019. Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://ippuc.org.br/mapas/arquivos/documentos/D514/D514_004_BR.pdf> Acesso em: 15 set 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1821773/mod_folder/content/0/Texto%20obrigat%C3%B3rio/cap%C3%ADtulo%201%20pedagogia%20da%20autonomia%20Paulo%20Freire.pdf?forcedownload=1> Acesso: 19 ago 2020

FRÉRES, Aubanel. **Le Livre de Piété de la Jeune Fille au Pensionnat et dans sa Famille**. Avignon: s.d.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 28, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066/23315>> Acesso em: 15 abr 2020.

IVASHITA, Simone. Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 14, n. 58, p. 68-77, 2014. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640379>>. Acesso em: 10 out 2020.

Leis Municipais. Lei nº14.681. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr>> Acesso em: 18 set 2020.

MELLO, J.C. Leite, E. **Discursos velados: memória e cotidianidade feminina**. In: LEMOS, M. T.T.B.; MORAES, N.A. de. (org.) Memória, Identidade e Representações. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 38-42.

MESTRE, Marilza Bertassoni Alves. **Mulheres do século xx: memórias de trajetórias de vida, suas representações**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2290/marilsa_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 abr. 2020

PILLA, MCBA. **Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942**. 1999. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25063>> Acesso em: 05 mar 2020.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério**. In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. 2006. p. 6167-6176. Acesso em: 29 ago. 2020.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAPOSO, Gustavo de Resende. **A educação na Constituição Federal de 1988**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 641, 10 abr. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6574/a-educacao-na-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em: 29 set. 2020.

SEXISMO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo/>. Acesso em: 16 out 2020.

SILVA, Luis Inacio Lula Da Silva; FREIRE, Nilcéia. **Plano nacional de políticas para as mulheres**. Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/l%20PNPM_versao%20compacta.pdf> Acesso em: 20 ago 2020.